

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UM MAPEAMENTO SISTEMÁTICO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

Rosimeri Ferraz Sabino¹

Fabio Gomes Rocha²

RESUMO:

Este trabalho buscou caracterizar o estado de conhecimento acerca da formação docente para a educação profissional, a partir de publicações no portal de periódicos da CAPES até o ano de 2017. Utilizou-se como procedimento metodológico o mapeamento sistemático, sob um protocolo de pesquisa que visou identificar como é abordada a formação de professores para esse ramo educacional nas produções científicas, no tocante aos tipos de cursos para docentes e ao âmbito de aplicação da formação. Os resultados indicaram apenas cinco produções relacionadas ao tema, restritas a dois periódicos, focando-se em proposições de formação por meio da educação continuada e licenciatura específica, e aplicando-se a professores de todos os níveis de educação profissional. Dessa forma, o cenário identificado neste mapeamento aponta fragilidades que permeiam o conhecimento sobre a formação de professores desse campo educacional.

Palavras-chave: Educação profissional. Ensino profissional. Formação de professores.

1- Doutorado em Educação (UFS), Professora Adjunta no Departamento de Secretariado Executivo da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Líder do Grupo de Pesquisas Interdisciplinares em Secretariado (GPISEC).

2- Mestrado em Ciências da Computação (UFS), Professor Adjunto nos cursos de Computação da Universidade Tiradentes (UNIT), Líder do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Tecnologia da Informação e Comunicação (GPITIC).

ABSTRACT:

This study sought to characterize the state of knowledge about teacher education for professional education, from publications in the CAPES portal until the year 2017. Systematic mapping was used as a methodological procedure under a research protocol aimed at to identify how teacher education is approached in terms of the types of courses for teachers and application of that education. The results indicated only five productions related specifically to the theme, restricted to two journals, focusing on proposals through continuing education and specific graduation, and applying to all levels of professional education. Thus, the scenario evidenced in this mapping indicate fragilities that permeate the knowledge about teacher education for this field educational.

Keywords: Professional education; Professional teaching; Teacher education.

1 INTRODUÇÃO

A educação para o trabalho no Brasil, reconfigurada na educação profissional na Primeira República, é tema de recorrentes políticas de escolarização do indivíduo para a sua atuação no mundo do trabalho (NASCIMENTO, 2007; SANTOS, 2011). Como espaço formativo, essa educação vem sendo discutida sob o viés da oportunidade e efetividade das políticas (MANFREDI, 1998, 2002, VEIGA, 2007), de requisito para a economia e empregabilidade do sujeito (CASTRO, 1976; SCHWARTZMAN, CASTRO, 2013) e da formação de seus professores (MACHADO, 2008; URBANETZ, 2012; OLIVEIRA, 2016). Sobre a preparação do docente para a educação profissional, alvo desta investigação, os debates se intensificaram a partir da década de 2000.

A relevância de estudos que examinem as ações voltadas para a formação do docente de educação profissional é apontada por Kunzer (2008), indicando a complexidade de uma proposta dessa natureza ao afirmar que é necessário considerar atentamente “[...] as interfaces entre os conhecimentos científicos e o conhecimento escolar. Ser um bom engenheiro mecânico não significa ser um bom professor, capaz de transpor o conhecimento científico para os espaços escolares” (KUNZER, 2008, p. 37). Tal perspectiva não é constatada nas imbricadas normativas sobre a educação profissional, as quais permitem a confirmação de que essa educação é, historicamente, fragilizada por políticas não efetivas e descontinuadas, passando a receber certa atenção apenas em momentos em que o

desenvolvimento econômico se faz latente nos discursos governamentais (MANFREDI, 1998, 2002, VEIGA, 2007).

Do âmbito da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, pela Lei nº 5.692 de 1971 (BRASIL, 1971) ao do atual Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), instituído pela Lei nº 12.513, de 2011, a formação de professores para a educação profissional é tema ausente ou abordado de forma a suscitar distintas interpretações. Considerando que a formação do professor implica qualidade ao processo de ensino, as consequências desse cenário se avultam diante do Plano Nacional de Educação 2014-2024, que prevê entre suas metas “[...] triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público (BRASIL, 2014).

Embora se evidencie a lacuna sobre a formação de professores para a educação profissional nas políticas que pretendem orientar a operacionalização desse ensino, os debates por meio de produções científicas sobre o tema ainda são escassos. Na pesquisa de Urbanetz (2012) abordando trabalhos em nível de *stricto sensu* que tratam sobre a formação de professores, encontrados no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) no período de 2000 a 2009, foram identificados 4.695 trabalhos com foco na formação de professores em geral e apenas quatro trabalhos tratando sobre a formação de professores para a educação profissional. Utilizando a expressão “formação de professor para a educação profissional” também para a busca de trabalhos apresentados nas reuniões anuais da Anped, no mesmo período, o panorama encontrado por Urbanetz (2012) é ainda mais precário: enquanto duzentos e quatorze pesquisas trataram sobre formação de professor em geral, nenhuma se dedicou a essa formação voltada para a educação profissional.

Em ampliação ao referido estudo, Oliveira (2016) buscou mapear as produções em nível de *stricto sensu*, catalogadas na CAPES e no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) até 2014, constatando apenas dez trabalhos que abordaram a formação de professores para a educação profissional. A autora buscou, ainda, identificar pesquisas sobre o tema no portal de periódicos da CAPES e nos anais dos eventos científicos da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), empregando os descritores “educação profissional” e “docência no ensino técnico”. Nesse levantamento foram identificados apenas doze trabalhos durante o período de 2004 a 2014.

Dessa forma, observa-se que, embora a educação profissional componha o quadro de metas para a educação brasileira, as discussões sobre a docência nesse campo parecem não integrar os interesses de pesquisadores. Com esse entendimento, o presente trabalho buscou caracterizar o estado de conhecimento acerca da formação docente para a educação profissional, a partir de publicações no portal de periódicos da CAPES até o ano de 2017.

O trabalho, a partir dessa introdução, apresenta o referencial teórico, os procedimentos metodológicos, prosseguindo para a exposição dos resultados e as conclusões sobre a investigação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A educação profissional como campo voltado à preparação do sujeito para a sua atuação no mercado de trabalho é marcada pela dicotomia entre o “manual” e o “intelectual” (MANFREDI, 1998, 2002, CUNHA, 2000; VEIGA, 2007). Esse aspecto permitiu que, ao longo da História brasileira, a educação profissional deixasse de receber maior atenção e precisão nas políticas governamentais. Sobre isso, Manfredi (2002, p. 298) afirma que “[as] omissões e silêncios não parecem casuais. Expressam uma tendência do Estado em se desobrigar, cada vez mais, dessa modalidade de educação”.

A precariedade das condições para funcionamento acompanha a educação profissional desde a criação dos primeiros cursos nas Escolas de Aprendizes Artífices, em 1909, voltada a “[...] formar operarios e contra-mestres, ministrando-se o ensino pratico e os conhecimentos technicos necessarios aos menores que pretenderem aprender um officio” (BRASIL, 1909, p. 6975). O funcionamento das dezenove escolas de ensino profissional primário promoveu a demanda de professores especializados nos ofícios a serem ensinados, o que levou à regulamentação dessas instituições. O Decreto nº 9.070, de 25 de outubro de 1911 definiu, então, a necessidade de “comprovada competencia” para professores dos cursos primários e de desenho. A possível dificuldade em encontrar pessoal para o ensino já se vislumbrava naquela legislação, permitindo a contratação de profissionais estrangeiros diante da “conveniência” do serviço.

A qualificação de professores se tornou uma preocupação para o atendimento a essas escolas. Segundo Fonseca (1961, p. 579), nos “[...] primeiros tempos os professôres teóricos não poderiam sair senão dos quadros do ensino primário, não tendo por essa razão nenhuma idéia do que necessitavam lecionar no ensino profissional”. Já em 1882, Rui Barbosa propunha a criação de uma Escola Normal Nacional de Arte Aplicada, com o objetivo de preparar professores para o ensino de desenho e máquinas (FONSECA, 1961).

Porém, a efetivação de uma instituição dessa natureza só veio a se efetivar a partir da iniciativa do prefeito do, então, Distrito Federal (Rio de Janeiro), Amaro Cavalcânti, dando continuidade ao desejo de seu antecessor Azevedo Sodré. Como expõe Fonseca (1961):

E assim, a 8 de janeiro de 1917, pelo Decreto 1.790, era o Prefeito Amaro Cavalcânti autorizado a criar a sonha Escola Normal de Artes e Ofícios. Esse decreto foi, porém, revogado pelo de nº 1.800, de 11 de agosto do mesmo ano, o qual, pelo artigo 6º, criava uma escola normal de artes e ofícios com a denominação de Venceslau Brás, a qual trazia como finalidade a formação de professores, mestres e contramestres, para os vários institutos e escolas profissionais do Distrito Federal, tendo, ainda, como objetivo o preparo de professores de trabalhos manuais para as escolas primárias municipais. (FONSECA, 1961, p.582).

Essa escola, única em seu período de funcionamento como instituição voltada integralmente à preparação de professores para a educação profissional, foi inaugurada em 9 de novembro de 1918, mas só veio a funcionar a partir de 11 de agosto de 1919. No entanto, a instituição se destinava apenas aos docentes das escolas do Rio de Janeiro, deixando desprovido um cenário deficitário da educação profissional em nível nacional. Como solução, foi firmado um acordo entre o Ministério da Agricultura e a, então, prefeitura do Distrito Federal (Rio de Janeiro) para a transferência da Escola para o âmbito federal. Diante de sucessivas gestões, alterações em seus regulamentos e carências nas instalações, a Venceslau Brás encerrou suas atividades em 1937, com apenas 381 diplomados dos 5.291 matriculados durante todo o seu período de funcionamento (FONSECA, 1961, p. 600).

Várias iniciativas para a preparação de professores da educação profissional ocorreram ao longo do século XX, mas todas como pouco ou nenhum sucesso. Algumas, sequer saíram do âmbito das discussões legislativas, como o Projeto 147 de 1920, dos, então, deputados Camilo Prates e Efigênio Sales, visando acordo entre União e Estados para criação de escolas profissionais em todo o país, e a proposta de João Lüderitz, encarregado do Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico, em 1923, buscando a criação de duas escolas normais de artes e ofícios (uma no sul e outra no norte). O que se seguiu foi o estabelecimento de inúmeras regulamentações do Ministério da Educação sobre a educação profissional, as quais a envolveram em uma teia improfícua para a solução efetiva sobre a formação de seus professores.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, alterada pela Lei nº 11.741/2008, estabelece que a educação profissional e tecnológica abrange os cursos “I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio; III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação” (BRASIL, 1996, p. 18, II.33, p. 70-82/2019).

graduação” (BRASIL, 1996, p. 27833). No entanto, essa legislação silencia-se sobre a formação necessária ao professor dessa educação. Ao tempo em que a LDB impõe a licenciatura para professores da educação básica (onde consta o ensino médio e a educação de jovens e adultos), ela também define como trabalhadores em educação os [...] portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim” (BRASIL, 1996, p. 27833).

Observa-se, portanto, a falta de clareza adotada na legislação sobre os requisitos para a docência na educação profissional. Embora esse ramo educacional sirva como argumento à inclusão social e produtiva da população, o que ainda se constata é o cenário já afirmado por Souza Filho, em 1887, referindo-se ao ensino técnico: “[...] tem-se cogitado muito mais da reforma dos outros ramos do ensino; ficando este em segundo plano, quasi em esquecimento” (SOUZA FILHO, 1887, p. 72). Isso acaba por contribuir para o comprometimento da qualidade da educação profissional.

A partir do estudo sobre esse referencial, entendeu-se importante observar as produções científicas que abordassem a formação de professores para a educação profissional. Dessa forma, apresentam-se, a seguir, os procedimentos metodológicos adotados para a caracterização do estado de conhecimento sobre o tema.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa, de cunho descritivo, consiste em um mapeamento sistemático. Esse método visa “[...] fornecer uma visão geral de uma área de pesquisa, para estabelecer se existem evidências sobre um tópico e fornecer uma indicação da quantidade da evidência” (KITCHENHAM, CHARTERS, 2007, p. 44) (tradução nossa). Os resultados de uma investigação dessa natureza podem contribuir para a identificação de campos de estudos que mereçam atenção mais detalhada por meio de uma revisão sistemática (KITCHENHAM, BRERETON, BUDGEN, 2012). Ambos os métodos, portanto, apóiam o desenvolvimento de uma investigação no tocante à busca e extração de dados baseados em evidências, mantendo-se distintos em relação ao escopo e procedimentos de análises. Segundo Felizardo et al (2017), o mapeamento sistemático se caracteriza por:

[...] prover uma visão ampla de um tópico de pesquisa, questões de pesquisa genéricas, processo de busca definido pelo tópico de pesquisa, escopo amplo, *string* de busca mais genérica, avaliação da qualidade não é obrigatória, categorização dos estudos primários de acordo com esquemas de classificação. (FELIZARDO et al, 2017, p. 96).

Para o atendimento a um protocolo da pesquisa (KITCHENHAM, CHARTERS, 2007) iniciou-se pela formulação da questão da investigação, definindo-se: como é abordada a formação de professores para a educação profissional nas produções científicas no tocante: a) aos tipos de cursos para professores e b) ao âmbito de aplicação da formação. A partir dessa etapa, foram reunidos os termos de pesquisa para a *string* de busca, significando a reunião de descritores que constituem um padrão. Este último forma “[...] um conjunto de características sintáticas que devem ser encontradas em um segmento de texto. Aqueles segmentos que satisfazem as especificações de padrão são ditos ‘casar’ com o padrão” (YATES, RIBEIRO NETO, 2013, p. 254). Assim, a *string* definida foi: (“Formação docente” OR “formação de professores”) AND (“ensino profissional” OR “educação profissional”).

Considerando-se a abrangência, estabeleceu-se como local de busca o portal de periódicos da CAPES, sem determinação de período para as publicações. Essa fase foi realizada durante o mês de janeiro de 2018. Com a intenção de selecionar estudos que atendessem a questão da pesquisa (KITCHENHAM, CHARTERS, 2007) definiram-se, também, critérios de inclusão (CI) e exclusão (CE) da busca, servindo como filtros, conforme a seguir:

- a) CI01 - O artigo analisa a formação docente para a educação profissional.
- b) CI02 - O artigo está publicado em periódico avaliado por pares.
- c) CE01 - O artigo está duplamente publicado.
- d) CE02 - O artigo não está redigido no idioma Português.
- e) CE03 - O artigo está publicado apenas em resumo ou prefácio de periódicos.
- f) CE04 - O artigo não está disponível para *download*.
- g) CE05 - Teses, editoriais, glossários, dissertações e monografias de conclusão de curso.

Dessa forma, a efetivação da pesquisa se deu por meio das etapas de busca, seleção e filtragem dos dados encontrados nos títulos e resumos das publicações. A fim de promover melhor compreensão sobre essa última etapa, apresenta-se, a seguir, um diagrama da estratégia de seleção dos estudos.

Figura 1 – Diagrama do processo de seleção das publicações



Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Com esses procedimentos foram extraídos os dados que passam a ser analisados na seção a seguir, ressaltando-se que a avaliação não abarcou a qualidade dos estudos, FELIZARDO et al, 2017), mas, sim, pretendeu responder as questões inicialmente formuladas para a pesquisa.

4 RESULTADOS E ANÁLISES

Na primeira etapa da pesquisa foram encontrados noventa e sete artigos publicados em periódicos incluídos no portal da CAPES. Adotando-se os critérios de inclusão (CI) e exclusão (CE), obteve-se o resultado de filtragem de apenas cinco artigos que atendiam o objetivo da investigação, conforme discriminado a seguir:

Quadro 1 – Trabalhos publicados no portal de periódicos da CAPES, conforme critérios de busca da pesquisa

Título	Autor	Periódico	Ano	Abordagem
Ser bacharel e professor: dilemas na formação de docentes para a educação profissional e ensino superior.	Vivianne Souza de Oliveira Nascimento, Rosália de Fátima e Silva	Holos	2012	Proposta de formação continuada para docentes de todos os níveis da educação profissional.
A filosofia da tecnologia e a formação de professores da educação profissional: algumas reflexões.	Leila Cristina Aoyama Barbosa	Revista Eixo	2013	Proposta de formação continuada para docentes de todos os níveis da educação profissional.
A formação de professores nos Institutos Federais: perfil da oferta.	Fernanda Bartoly Gonçalves de Lima	Revista Eixo	2013	Análise das licenciaturas para educação profissional nos Institutos Federais, aplicadas a todos os níveis dessa educação.
A formação de professores para a	Maria Rita Neto Sales Oliveira,	Holos	2016'	Proposta de licenciatura para docentes de todos os

educação profissional e o Plano Nacional de Educação (PNE): quais as perspectivas?	Camila Nogueira Gomes			níveis da educação profissional.
A formação docente para educação profissional técnica e sua influência na atuação dos professores do Instituto Federal do Amapá-Campus Macapá: um estudo de caso.	Isabella Carvalho Liliane Sanchez Abreu Guedes, Barreira	Holos	2017	Proposta de formação continuada para docentes de todos os níveis da educação profissional.

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Observa-se que, embora a *string* tenha retornado um número inicial razoável de publicações, o resultado final indica uma ínfima produção relacionada especificamente à formação de professores para a educação profissional. Os estudos identificados se adensam sobre propostas que complementam uma formação anterior do docente, por meio de cursos de aperfeiçoamento, na forma de uma educação continuada. No âmbito de uma licenciatura específica, apenas dois trabalhos versam sobre o tema, sendo que apenas um desses vislumbra um projeto de oferta de formação.

Esse quadro evidencia a precariedade de um pensar sobre os contornos de uma formação voltada às especificidades da educação profissional. A ausência nas discussões sobre um percurso pedagógico adequado à preparação para esse ramo educacional acaba por reforçar “programas faz-de-conta de formação de professores”, como intitulado por Kunzer (2008, p. 40), promovendo a permanência do desequilíbrio entre as demandas do mercado e as possibilidades de uma educação inclusiva. Isso traz implicações não somente para a vida do indivíduo, mas, também, para a economia de uma nação. Como indicam Schwartzman e Castro (2013, p. 564), quando não há recursos humanos qualificados [...] e o sistema educacional não responde, a economia tende a se ajustar a esta situação, desenvolvendo atividades baseadas em trabalho de baixa qualificação e não criando demanda para pessoas mais qualificadas”. Observa-se, portanto, os reflexos da formação para o trabalho no âmbito das políticas educacionais de um país.

Ainda outro aspecto que denota limites às produções investigadas é a distribuição delas em apenas dois periódicos, ambos de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, constando classificadas no quadriênio 2013-2016 do sistema Qualis como: Revista Eixo – C em Educação e B2 em Ensino; Revista Holos – B2 em Educação e B5 em Cadernos da Fucamp, v.18, n.33, p.70 -82/2019

Ensino. Dessa forma, torna-se possível inferir que os trabalhos são mais acolhidos por veículos científicos do próprio campo da educação profissional, suscitando um menor interesse de periódicos voltados para a educação geral e sob classificação mais expressiva. Nesse caso, o entendimento sobre o dualismo entre a “educação para o fazer” e a “educação para o pensar” estaria, mais uma vez, presente nas possibilidades de reflexões sobre o campo da educação profissional.

Embora se considere as peculiaridades da educação profissional e suas repercussões em uma prática pedagógica específica, os espaços de vinculação de suas produções parecem não alcançar a valorização atribuída aos da educação geral. Isso favorece o entendimento sobre esse ramo educacional como uma “educação menor”, a qual, no entanto, tende a ser reivindicada como necessária ao desenvolvimento das sociedades (MANFREDI, 1998, 2002, VEIGA, 2007). Se no âmbito de seus projetos pedagógicos a educação profissional sofre pelos improvisos das políticas, mais reflexos disso se pode aguardar no plano da preparação de seus docentes, pois “[...] a discussão sobre a formação dos professores que atuam nessa modalidade está literalmente à margem das discussões sobre a formação de professores” (URBANETZ, 2012, p. 878).

No tocante ao período das publicações, chama atenção que, diante da não restrição do mapeamento sistemático sobre o aspecto temporal, constataram-se trabalhos desenvolvidos apenas entre os anos 2012 a 2017. Considerando-se que o Pronatec foi instituído em 2011, é possível que esse programa tenha incitado maior empenho dos pesquisadores para estudos que buscassem a consolidação de novos caminhos para a educação profissional. Tal empenho, porém, necessita receber o interesse permanente de agentes e veículos que operam nos espaços de discussões científicas, sob pena de perpetuação da sazonalidade na importância atribuída a este ramo educacional.

5 CONCLUSÃO

O trabalho de mapeamento sistemático permitiu identificar e analisar as produções sobre a formação docente para a educação profissional, a partir de publicações no portal de periódicos da CAPES até o ano de 2017. Do resultado inicial de noventa e sete artigos, chegou-se a apenas cinco deles que, efetivamente, abordaram o tema. Tais estudos focam-se em proposições de formação por meio da educação continuada e licenciatura específica, aplicando-se a professores de todos os ramos da educação profissional previstos na LDB.

Entende-se, assim, que o estudo obteve respostas à questão investigada, atingindo o seu objetivo de caracterizar o estado de conhecimento sobre a preparação docente para a

educação profissional. Embora se tenha constatado outros trabalhos com intenção de levantamentos semelhantes, não foram identificadas produções anteriores com definição sistematizada do protocolo de pesquisa. A adoção desse protocolo, incluindo uma *string*, permite uma busca mais objetiva e relacionada às questões de investigação, além de oportunizar a validação por outros pesquisadores na mesma base de dados ou, ainda, a replicação em outras bases.

As fragilidades sobre o cenário de publicações evidenciadas neste mapeamento sistemático podem subsidiar futuras investigações que ampliem o escopo de busca e se direcionem a outras questões que permeiam o conhecimento sobre a formação de professores para a educação profissional.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Leila Cristina Aoyama. A filosofia da tecnologia e a formação de professores da educação profissional: algumas reflexões. **Revista Eixo**, Brasília, v.2, n.2, p. 51-58, jul/dez. 2013.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Crêa nas capitães dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artifices, para o ensino profissional primario e gratuito. **Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brazil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 26 set. 1909. Seção 1, p. 6975.

BRASIL. Decreto nº 9.070, de 25 de outubro de 1911. Dá novo regulamento ás escolas de aprendizes artifices. **Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brazil**, 31 dez. 1942, vol.2, p. 357.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Poder Executivo. **Coleção de Leis da República Federativa do Brasil**. 12 ago. 1971, vol. 5, p. 59.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional. Poder Executivo. **Diário [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996, Seção 1, p. 27833.

BRASIL. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Poder Executivo. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 jul. 2008. Seção 1, p. 5

BRASIL, Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Poder Executivo. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 out. 2011. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Poder Executivo. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 jun. 2014, p. 1. Edição Extra.

CASTRO, Cláudio de Moura. **Desenvolvimento econômico, Educação e educabilidade**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1976.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo, UNESP, Brasília, Flacso, 2000.

FELIZARDO, Katia Romero et al. **Revisão sistemática da literatura em engenharia de software: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Volume 1. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

GUEDES, Isabella Abreu Carvalho; SANCHEZ, Liliane Barreira. A formação docente para a educação profissional técnica e sua influência na atuação dos professores do Instituto Federal do Amapá – Campus Macapá: um estudo de caso. **Holos**, Natal, v. 07, Ano 33, p. 238-252, 2017.

KITCHENHAM, Barbara; CHARTERS, Stuart. **Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering** - Version 2.3. Staffordshire: Keele University/Durham: University of Durham, 2007.

KITCHENHAM, Barbara; BRERETON, Pearl; BUDGEN, David. Mapping study completeness and reliability: a case study. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON EVALUATION & ASSESSMENT IN SOFTWARE ENGINEERING (EASE 2012), 16, 2012, Ciudad Real. **Proceedings...** Ciudad Real: IET, 2012. p. 126-135.

KUENZER, Acacia Zeneida. Formação de professores para a educação profissional e tecnológica: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. **Educação Superior em Debate**, v. 8, p. 9-40, mar. 2008.

LIMA, Fernanda Bartoly Gonçalves de. A formação de professores nos institutos federais: perfil da oferta. **Revista Eixo**, Brasília, DF, v. 2, n. 1, p. 83-105, jan./jun. 2013.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Formação de professores para a educação profissional e tecnológica: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. **Educação Superior em Debate**, Brasília, v. 8, p. 67-82, mar. 2008.

NASCIMENTO, Oswaldo Oliveira do. **Cem anos de ensino profissional no Brasil**. Curitiba: IBPEX, 2007.

MANFREDI, Silvia Maria. Trabalho, qualificação e competência profissional - das dimensões conceituais e políticas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.19, n.64, p.13-49, set, 1998.

_____. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Anely Silva. **A formação do professor para a educação profissional: mapeando a produção bibliográfica**. 2016. 30f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2016.

OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales; NOGUEIRA, Camila Gomes. A formação de professores para a educação profissional e o Plano Nacional de Educação (PNE): quais as perspectivas? **Holos**, Natal, v. 6, ano 32, p. 145-155, 2016.

OLIVEIRA, Vivianne Souza de; SILVA, Rosália de Fátima e Silva. Ser bacharel e professor: dilemas na formação de docentes para a educação profissional e ensino superior. **Holos**, Natal, v. 2, p. 193-205, 2012.

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, FARIA FILHO, VEIGA. **500 anos de educação no Brasil**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 205-224.

SCHWARTZMAN, Simon, CASTRO, Claudio de Moura. Ensino, formação profissional e a questão da mão de obra. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 563-624, jul./set. 2013.

SOUZA FILHO. Tarquinio de. **O ensino técnico no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

URBANETZ, Sandra Teresinha. Uma ilustre desconhecida: a formação docente para a educação profissional. **Diálogo Educação**, Curitiba, v.12, n.37, p. 863-883, set./dez. 2012.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

YATES, Ricardo Baeza; RIBEIRO NETO, Berthier. **Recuperação de informação: conceitos e tecnologia das máquinas de busca**. 2. ed. Tradução: Lendro Krug Wives e Viviane Pereira Moreira. Porto Alegre: Bookman, 2013.